

ACÓRDÃO

RECURSO ORDINÁRIO

RECORRENTE: HSBC BANK BRASIL S/A (BANCO MÚLTIPLO)

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

E M E N T A:

AÇÃO COLETIVA. FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL. FUNCIONALIDADE E EFICIÊNCIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. A distribuição da competência territorial, no âmbito das ações coletivas deve observar, prioritariamente, a funcionalidade e a eficiência prestação jurisdicional. A atipicidade da jurisdição coletiva demanda, portanto, uma visão pautada pela razoabilidade na tutela dos direitos transindividuais. Assim, os critérios construídos pela Código de Defesa do Consumidor, art. 93 não são absolutos devendo ser temperados em função do resultado prático a ser obtido na tutela jurisdicional coletiva. Preliminar de incompetência territorial que se acolhe parcialmente.

DANO MORAL COLETIVO. CRITÉRIOS PARA TIPIFICAÇÃO. ABRANGÊNCIA. FERIMENTO DE NORMAS TUTELADORAS DA JORNADA DE TRABALHO. A utilização do termo dano moral coletivo pode conduzir à imprecisa conclusão de que, para sua caracterização, seja necessária a ocorrência do ferimento da honra subjetiva de uma parcela significativa da sociedade. O termo em questão, entretanto, é utilizado diante da falta de nomenclatura capaz de refletir, com objetividade, o escopo de submeter o transgressor dos direitos metaindividuais à indenizar a sociedade por uma conduta antijurídica. Nesse caso, o papel da indenização não é proceder a uma restituição integral de eventual dano material, mas sim de reafirmar a importância e a relevância de direitos fundamentais. Não se afigura necessária, portanto, a identificação de danos efetivos e concretos na comunidade. A adjetivação coletivo utilizada na espécie do dano moral não se refere à multiplicidade de vítimas, mas sim à abrangência objetiva do interesse tutelado. Assim, para se aferir a existência do dano moral coletivo há de se pesquisar a natureza e a importância do interesse tutelado. Na hipótese dos autos, a ação buscou

a tutela de interesses coletivos e individuais homogêneos do trabalhadores relacionados à jornada de trabalho. Tutela-se, portando, a higidez física e mental de um grupo de trabalhadores, conforme relatado nos presentes autos, continuamente submetidos a jornadas extenuantes. Nesse sentido, como forma de reafirmação dos direitos fundamentais do trabalhadores beneficiários da tutela jurisdicional coletiva, bem com para prevenir condutas idênticas no futuro, impõe-se a manutenção do deferimento da indenização por danos morais coletivos.

Vistos etc.

“Trata-se de recurso ordinário, proveniente da 7ª Vara do Trabalho de João Pessoa/PB, interposto nos autos da ação civil pública proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO em face do HSBC BANK BRASIL S/A (BANCO MÚLTIPLO).

O Juízo a quo, em sentença proferida no sequencial 32, rejeitou as preliminares de falta de interesse processual e ilegitimidade ativa ad causam. No mérito, julgou procedente em parte o pedido formulado para condenar o HSBC BANK BRASIL S/A (BANCO MÚLTIPLO) a abster-se de submeter seus empregados, presentes e futuros, à prática de horas extras em dissonância com os artigos 59 e 225 da CLT, bem como de suprimir total ou parcialmente o intervalo intrajornada dos mesmos (artigo 71 da CLT), sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), reversível ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (Lei nº 9.008/95), por cada empregado encontrado em situação de descumprimento da sentença. Condenou-o, ainda, ao pagamento de uma indenização por danos morais coletivos, no montante de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), também reversível ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Deferiu o pedido de tutela antecipada. Fixou custas processuais no montante de R\$ 5.000,00, a cargo do réu, calculadas sobre R\$ 250.000,00.

O HSBC BANK BRASIL S/A (BANCO MÚLTIPLO) opôs embargos de declaração (Protocolo: DTBJP 12712/2009), os quais foram rejeitados (seq. 045).

Inconformado, o réu interpõe recurso ordinário (Protocolo: DTBJP 20455/2009). Preliminarmente requer a extinção do processo sem julgamento do mérito em razão da incompetência territorial, uma vez que o autor almeja decisão com efeitos de âmbito nacional. Caso não seja esse o entendimento

deste Regional, requer a aplicação de limite territorial de abrangência da decisão recorrida ao município de João Pessoa, nos termos da OJ 130 da SDBI-2 do TST. Aponta ofensa aos artigos 5º, LII e LIV, da CF/88 e 86 do CPC. A seguir, suscita preliminar de falta de interesse de agir do Ministério Público e perda de objeto, alegando que o conjunto probatório dos autos demonstra que a legislação trabalhista vem sendo cumprida. Aduz que a prestação de labor extraordinário e a supressão do intervalo intrajornada somente ocorreram em hipóteses de caráter excepcionalíssimo, nos termos previstos na CLT, e ainda assim esporádicas e eventuais. Prossegue, arguindo preliminar de ilegitimidade ativa e carência da ação, argumentando que os interesses ou supostos direitos de seus empregados são divisíveis e perfeitamente individualizáveis. Sustenta que, mesmo que se admita que os interesses defendidos no caso sejam coletivos e individuais homogêneos, falece ao autor interesse de agir em face da disponibilidade dos direitos dos trabalhadores e da pessoalidade dos fatos. No mérito, alega que a decisão guerreada encontra-se em dissonância com a realidade fática e com o conjunto probatório produzido nos autos, no sentido de que a ré não impõe a seus empregados a prática de horas extras em dissonância com os artigos 59, 225 e 71 da CLT. Aponta ofensa aos artigos 333, I, do CPC e 818 da CLT. Aduz que a aplicação de multa contraria o disposto nos artigos 273 e 461, § 4º, do CPC, requerendo sua exclusão. Caso seja mantida a condenação, requer a aplicação apenas das multas previstas no artigo 75 da CLT, limitadas ao valor de 37,8285 UFIR's, conforme tabela das multas administrativas contida no anexo II da Portaria 290 do Ministério do Trabalho e Emprego. Ressalta que a penalidade deve ser cominada por infração e não por empregado. Requer, ainda, a exclusão da condenação das situações legais excepcionadas do regime de controle de jornada, a exemplo das hipóteses previstas nos artigos 61 e 62, I e II, da CLT. Pede que seja observado o limite da OJ 54 da SBDI-1 do TST, bem como a reforma da sentença no tocante à concessão da tutela antecipada, uma vez que não preenchidos os requisitos legais para tanto. Por fim, insurge-se contra a condenação ao pagamento de indenização. Argumenta não estarem configurados os requisitos ensejadores da responsabilidade civil, quais sejam ato ilícito, conduta lesiva ou nexo de causalidade, não havendo dano moral coletivo a ser reparado. Aponta vulneração aos artigos 186 e 927 do CC. Caso seja mantida a condenação na obrigação de indenizar, requer a redução do montante indenizatório em atenção à proporcionalidade, sob pena de ser violado o artigo 5º, V, da CF/88.

Comprovado o recolhimento das custas e o depósito recursal.

Contrarrazões pelo Ministério Público do Trabalho

(Protocolo: VT022 01138/2009).”

É o relatório aprovado em sessão.

V O T O

ADMISSIBILIDADE

Conheço do recurso ordinário, porquanto preenchidos os requisitos legais.

PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL, ARGUIDA PELO RECORRENTE

Suscita o recorrente a presente preliminar de incompetência territorial sob o argumento de que, a decisão de fls. 260/267 afrontou o disposto na OJ 133 da SDI-2 do TST, pois não limitou os efeitos da sentença à jurisdição do magistrado prolator.

Razão lhe assiste, em parte.

Inicialmente, é de ressaltar que o verbete jurisprudencial, emanado na Seção de Dissídios Individuais 2 do Tribunal Superior do Trabalho, corporifica um entendimento não majoritário daquela Corte, mas tão-somente de órgão fracionado. Nesse sentido, impossível conceder-se ao mencionado verbete a eficácia pretendida pelo recorrente. Observe-se que a confecção das chamadas Orientações Jurisprudenciais visa apenas a agilizar os julgamentos perante os órgãos fracionários do Tribunal Superior do Trabalho.

Mesmo assim, algumas ponderações acerca de seu conteúdo devem ser feitas. Na realidade, a aplicação analógica dos critérios de distribuição da competência territorial preconizados no Código de Defesa do Consumidor deve ser vista com algumas reservas. Atribuir ao Distrito Federal a competência para o julgamento de todas as ações coletivas que extravasem a jurisdição de um mesmo Estado poderia gerar situações vexatórias. Pensemos, por exemplo, um conflito coletivo envolvendo dois Estados do nordeste brasileiro. Ora, a atribuição da competência territorial às Varas do Distrito Federal feriria de morte os mais mezinhos princípios norteadores da tutela dos interesses metaindividuais.

Nesse sentido, a distribuição da competência territorial, no âmbito das ações coletivas deve observar, prioritariamente, a funcionalidade e a eficiência prestação jurisdicional. A atipicidade da jurisdição coletiva demanda, portanto, uma visão pautada pela razoabilidade na tutela dos direitos transindividuais. Assim, os critérios construídos pela Código de Defesa do

Consumidor, art. 93 não são absolutos devendo ser temperados em função do resultado prático a ser obtido na tutela jurisdicional coletiva.

Na hipótese dos autos, entretanto, os limites conferidos pela sentença de primeiro grau não auxiliam na concretização da tutela jurisdicional coletiva. Com efeito, da leitura da peça vestibular produzida pelo Ministério Público não demonstra qualquer intenção de se conferir uma abrangência nacional à tutela jurisdicional pretendida. Por outro lado, um eventual cumprimento da sentença seria por demais oneroso e, em alguns aspectos, absolutamente ineficaz, quando se amplia o conteúdo decisório para todo o país. Sendo assim, impõe-se, a limitação dos efeitos da sentença de fls. 260-267 à jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

Isto posto acolho parcialmente a preliminar de incompetência territorial da Justiça do Trabalho, para limitar a competência desta Justiça Especializada ao âmbito da jurisdição da 13ª Região

Peço vênia a Sua Excelência a Desembargadora Relatora para transcrever parte de seu voto como fundamento do presente acórdão, em relação às matérias cujos votos convergiram.

PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR, ARGUIDA PELO BANCO

O réu suscita preliminar de falta de interesse de agir do Ministério Público e perda de objeto, alegando que o conjunto probatório dos autos demonstra que a legislação trabalhista vem sendo cumprida. Aduz que a prestação de labor extraordinário e a supressão do intervalo intrajornada somente ocorreram em hipóteses de caráter excepcionalíssimo, nos termos previstos na CLT, e ainda assim esporádicas e eventuais.

Como se observa, os argumentos do réu ao suscitar a preliminar em tela são afetos ao mérito da causa, onde serão examinados.

Em face do exposto, rejeito a preliminar.

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA, SUSCITADA PELO RECORRENTE

O réu argúi preliminar de ilegitimidade ativa e carência da ação, sustentando que os interesses ou supostos direitos de seus empregados são divisíveis e perfeitamente individualizáveis. Argumenta que, mesmo que se admita que os interesses defendidos no caso sejam coletivos e individuais homogêneos, falece ao autor interesse de agir em face da disponibilidade dos direitos dos

trabalhadores e da pessoalidade dos fatos.

Nos termos do artigo 83, III, da LC 75/93, ao Ministério Público do Trabalho compete “promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos”.

Como se sabe, a expressão “direitos coletivos” deve ser interpretada à luz da legislação, doutrina e jurisprudência.

Segundo Hermes Zanetti Júnior, denominam-se “direitos coletivos *lato sensu* os direitos coletivos entendidos como gênero, dos quais são espécie: os direitos difusos, os direitos coletivos *stricto sensu* e os direitos individuais homogêneos”.

Nesse contexto, os direitos individuais homogêneos são aqueles que dizem respeito a todos – sendo possível a identificação de seus titulares, pela circunstância de apresentarem origem comum –, o que permite o seu trato processual de modo coletivo, visando à proteção de grupo ou segmento da sociedade.

Ora, a presente ação civil pública trata de interesses de trabalhadores, envolvendo o direito à saúde física e mental do trabalhador, constitucionalmente garantido no artigo 7º, XXII, da CF/88, com clara lesão a interesses metaindividuais.

Dessa forma, uma vez que, nos termos dos incisos VII, d, e XII, do artigo 6º da Lei Complementar nº 75/95, compete ao Ministério Público do Trabalho a defesa de interesses individuais homogêneos, decorrentes de origem comum, o MPT está devidamente legitimado para propor a presente ação.

Tampouco prosperam os argumentos do réu no sentido de que falece ao autor interesse de agir em face da disponibilidade dos direitos dos trabalhadores e da pessoalidade dos fatos.

Cabe ressaltar que o objetivo do legislador, ao fixar a jornada de trabalho e a concessão de intervalo intrajornada, foi a manutenção da higidez física e mental do trabalhador, razão pela qual estas normas possuem caráter cogente e gozam de garantia constitucional, conforme entendimento do C.TST consubstanciado na OJ nº 342 da SDI 1, que ora se transcreve:

Orientação Jurisprudencial nº 342 do SDI-1 INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. NÃO CONCESSÃO OU REDUÇÃO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. VALIDADE (DJ 22.06.2004)

É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este

constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), inofensivo à negociação coletiva.

Em face do exposto, rejeito a preliminar.

MÉRITO

OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER

No mérito, o réu inicialmente alega que a decisão guerreada encontra-se em dissonância com a realidade fática e com o conjunto probatório produzido nos autos, no sentido de que o réu não impõe a seus empregados a prática de horas extras em dissonância com os artigos 59, 225 e 71 da CLT, apontando ofensa aos artigos 333, I, do CPC e 818 da CLT.

Não prosperam as alegações do HSBC no que concerne às provas dos autos, tampouco se vislumbra qualquer ofensa aos indigitados dispositivos do CPC.

Na realidade, o conjunto probatório dos autos, nele incluídos os documentos colacionados pelo próprio réu às fls. 124-224, comprova que o HSBC tem reiteradamente submetido seus empregados a sobrejornadas que chegam a suplantiar três horas extras diárias, além de não conceder intervalo intrajornada mínimo para repouso e alimentação.

Estes fatos não são negados pelo réu que, ao contrário, pretende justificar o desrespeito às normas trabalhistas, argumentando que o labor em sobrejornada e a supressão do intervalo intrajornada ocorreram em situações de caráter excepcionalíssimo, sempre visando a “atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto” (Protocolo: DTBJP 20455/2009).

Corrobora com esse entendimento, o depoimento da testemunha do réu que assim se manifestou, *in verbis*:

que quando o empregado permanece mais de duas horas laborando em jornada extraordinária é com o objetivo de não prejudicar clientes ou em caso de serviço inadiável

Por fim, ressalte-se que os documentos trazidos aos autos pelo banco apenas dão conta de que o réu pagou as multas que lhe foram impostas em razão do descumprimento das normas da CLT, não servindo como prova de

que a legislação trabalhista está sendo cumprida.

Em face do exposto, é mantida a sentença quanto ao tema.

MULTA COMINATÓRIA

A seguir, o réu alega que a aplicação de multa contraria o disposto nos artigos 273 e 461, § 4º, do CPC e requer sua exclusão. Caso seja mantida a condenação, requer a aplicação apenas das multas previstas no artigo 75 da CLT, limitadas ao valor de 37,8285 UFIR's, conforme tabela das multas administrativas contida no anexo II da Portaria 290 do Ministério do Trabalho e Emprego. Ressalta que a penalidade deve ser cominada por infração e não por empregado e requer a exclusão da condenação das situações legais excepcionadas do regime de controle de jornada, a exemplo das hipóteses previstas nos artigos 61 e 62, I e II, da CLT. Pede que seja observado o limite da OJ 54 da SBDI-1 do TST.

Inicialmente saliente-se que, ao contrário do que alega o HSBC, a cominação de multa não fere o disposto nos artigos 273 e 461, § 4º, do CPC, mas decorre de sua aplicação, não havendo que se falar em ofensa a tais dispositivos legais.

Da mesma forma, é despropositado o pedido de aplicação apenas da multa prevista no artigo 75 da CLT, por se tratar de multa administrativa sem nenhuma relação com a presente demanda.

Melhor sorte não assiste ao banco réu quando invoca o limite fixado na OJ 54 da SBDI 1 do TST, pois a cláusula penal e a multa cominatória são institutos que não se confundem.

Enquanto a cláusula penal tem natureza compensatória e está vinculada à relação jurídica de direito material que lhe dá causa, tendo por limite o valor da obrigação principal, conforme disposto no artigo 412 do CCB; a multa cominatória é instrumento de força do direito processual, que visa a compelir o devedor ao cumprimento da ordem judicial, dessa forma, o seu montante pode ultrapassar o valor da condenação, uma vez que o legislador não estipulou parâmetro objetivo ou percentual para sua fixação.

Nos termos do artigo 461 do CPC, na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz poderá impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito, podendo, ainda, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

Observe-se que a multa cominatória deve ser estipulada de tal forma que

seja mais benéfico para o réu cumprir a obrigação de fazer, da forma como imposta na decisão, incidindo a partir da ciência do réu e enquanto durar sua recalcitrância. Ressalte-se, ainda, que a aplicação de multa cominatória é medida que se impõe para a preservação da autoridade da decisão do Poder Judiciário, visando ao cumprimento das normas de proteção ao trabalhador.

Assim leciona Nelson Nery Júnior *in* Código de Processo Civil Comentado, *litteris*:

Deve ser imposta a multa, de ofício ou a requerimento da parte. O valor deve ser significativamente alto, justamente porque tem natureza inibitória. O juiz não deve ficar com receio de fixar o valor em quantia alta, pensando no pagamento. O objetivo das astreintes não obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória. Deve ser alta para que o devedor desista de seu intento de não cumprir obrigação específica. Vale dizer, o devedor deve sentir preferível cumprir a obrigação na forma específica a pagar o alto valor da multa fixada pelo juiz

Cabe salientar que as astreintes, como meio coercitivo, devem conduzir ao cumprimento da obrigação e não inviabilizá-la por onerar excessivamente o patrimônio do devedor. Tampouco, deve-se desvirtuar o instituto de modo que o montante da multa se torne mais desejável para o credor do que a satisfação da obrigação principal.

Ressalte-se, ainda, que a fixação de multa cominatória não faz coisa julgada, uma vez que, conforme permissivo legal (CPC, artigo 461, § 6º), caso a cominação se torne insuficiente ou excessiva, o julgador pode elevar ou diminuir-lhe o valor, em razão da peculiaridade do caso concreto.

Apesar de, como já dito, o valor da multa cominatória não encontrar parâmetro ou limite no valor da condenação, é preciso ter em mente o disposto no artigo 461 do CPC, quando estabelece que a multa deve ser suficiente ou compatível com a obrigação.

No caso dos autos, o Juízo *a quo* fixou multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada empregado encontrado em situação de descumprimento de sentença, valor que, se consideradas a gravidade do desrespeito às normas concernentes à jornada de trabalho e a recalcitrância do réu, que insiste em justificar sua atitude, encontra-se aquém do que seria razoável para a multa cominatória, no entanto, não houve recurso da parte autora.

Diante disso, deve ser mantida a sentença nesse ponto.

TUTELA ANTECIPADA

O banco réu prossegue pedindo a reforma da sentença no tocante à concessão da tutela antecipada, ao argumento de que não foram preenchidos os requisitos legais para tal antecipação.

O Juízo de origem julgou procedente em parte o pedido para condenar o HSBC na obrigação de não fazer consistente em abster-se de submeter seus empregados, presentes e futuros, à prática de horas extras em dissonância com os artigos 59 e 225 da CLT, bem como de suprimir total ou parcialmente o intervalo intrajornada dos mesmos (artigo 71 da CLT), sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), e, ato contínuo, deferiu o pedido de tutela antecipada com fundamento no artigo 461, § 3º, do CPC c/c artigo 84, § 3º, do CDC, para que a sentença fosse cumprida independentemente do trânsito em julgado..

Os requisitos para a concessão da tutela com fundamento no artigo 461, § 3º, do CPC são a relevância do fundamento da demanda e o justificado receio de ineficácia do provimento final, que, no caso dos autos, estão patentes.

Ora, o cumprimento da legislação protetiva trabalhista é medida que se impõe, por estar diretamente ligada à saúde do trabalhador, gozando inclusive de proteção constitucional, logo, não paira dúvida sobre a relevância do fundamento da demanda.

Ficou, ainda, caracterizado nos autos, que o banco réu tem sido reincidente em submeter seus empregados a sobrejornadas abusivas e suprimir o intervalo intrajornada, dado o grande número vezes que foi autuado. Está claro, também, que o réu pretende, a todo custo, justificar o descumprimento das normas trabalhistas.

Diante disso, correta a decisão recorrida no ponto em que concedeu a tutela antecipada.

Frise-se, ademais, que, *in casu*, para cumprir a sentença recorrida o réu deve apenas cumprir a lei trabalhista, atitude da qual não se deveria furtar. Por outro lado, deixar de dar efeitos imediatos à decisão corresponderia a permitir que o réu desrespeite a CLT.

Em face do exposto, nada a reformar.

DANO MORAL COLETIVO

Insurge-se, ainda, o recorrente contra a condenação em

dano moral coletivo. Argumenta que não houve o cometimento de qualquer ato ilícito capaz de gerar o direito ao dano moral coletivo. Citando inúmeros precedentes, busca a reforma do julgado para extirpar a condenação respectiva.

Razão não lhe assiste.

Mesmo diante da severa cizânia doutrinária sobre o tema, filio-me àqueles que defendem a possibilidade de reparação ao dano moral coletivo, especialmente no âmbito das normas de tutela dos interesse metaindividuais do trabalhador.

De fato, a utilização do termo *dano moral coletivo* pode conduzir à imprecisa conclusão de que, para sua caracterização, seja necessária a ocorrência do ferimento da honra subjetiva de uma parcela significativa da sociedade. O termo em questão, entretanto, é utilizado diante da falta de nomenclatura capaz de refletir, com objetividade, o escopo de submeter o transgressor dos direitos metaindividuais à indenizar a sociedade por uma conduta antijurídica. Nesse caso, o papel da indenização não é proceder a uma restituição integral de eventual dano material, mas sim de reafirmar a importância e a relevância de direitos fundamentais.

Não se afigura necessária, portanto, a identificação de danos efetivos e concretos na comunidade. A adjetivação *coletivo* utilizada na espécie do dano moral não se refere à multiplicidade de vítimas, mas sim à abrangência objetiva do interesse tutelado. Assim, para se aferir a existência do dano moral coletivo há de se pesquisar a natureza e a importância do interesse tutelado.

Na hipótese dos autos, a ação buscou a tutela de interesses coletivos e individuais homogêneos do trabalhadores relacionados à jornada de trabalho. Tutela-se, portando, a higidez física e mental de um grupo de trabalhadores, conforme relatado nos presentes autos, continuamente submetidos a jornadas extenuantes.

Nesse sentido, como forma de reafirmação dos direitos fundamentais do trabalhadores beneficiários da tutela jurisdicional coletiva, bem com para prevenir condutas idênticas no futuro, impõe-se a manutenção do deferimento da indenização por danos morais coletivos.

Isso posto, nego provimento ao Recurso Ordinário.

ACORDAM os senhores Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, por maioria, pelo voto médio de Sua Excelência o Senhor Desembargador Francisco de Assis Carvalho e Silva, ACOLHER PARCIALMENTE A PRELIMINAR de incompetência territorial da Justiça

do Trabalho, para limitar a competência desta Justiça Especializada ao âmbito da jurisdição da 13ª Região, vencidos, parcialmente, Sua Excelência a Senhora Desembargadora Relatora e, em sua totalidade, o Senhor Desembargador Revisor, com a divergência parcial de Sua Excelência a Senhora Juíza Margarida Alves de Araújo Silva e contra o voto de Sua Excelência o Senhor Juiz Arnaldo José Duarte do Amaral; por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR de ausência de interesse de agir, arguida pelo HSBC Bank Brasil S/A (Banco Múltiplo); por unanimidade, REJEITAR A PRELIMINAR de ilegitimidade ativa "ad causam", suscitada pelo recorrente; MÉRITO: por maioria, pelo voto de desempate de Sua Excelência o Senhor Desembargador Paulo Maia Filho, Presidente dos trabalhos, NEGAR PROVIMENTO ao Recurso Ordinário, vencida Sua Excelência a Senhora Desembargadora Relatora e contra os votos de Suas Excelências o Senhor Desembargador Francisco de Assis Carvalho e Silva e a Senhora Juíza Margarida Alves de Araújo Silva.

João Pessoa/PB, 21 de janeiro de 2010.

WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO
Juiz Federal do Trabalho

GDCC

K:\gdcc\Dr. Wolney\RO\RO00906.2008.022.13.00-6 ACP ACÓRDÃO.odt

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO DESEMBARGADOR WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO (Lei 11.419/2006)
EM 02/02/2010 12:09:19 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 7c5d51f039.7e6d0da3c4.4630516dbf.8a86a0cfff9